


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 16 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaus Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Marcela Consolin Dezotti Tanganelli, digitei.

Processo nº: **1013980-27.2016.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Alessandra Gregorio Alves Silva e outros**  
 Requerido: **Banco Itaú BMG - Banco Itaú Consignado S/A**

Justiça Gratuita

**DECISÃO / SENTENÇA**

VISTOS

**ROMILDO GREGÓRIO**, já qualificado, promoveu a presente **AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA** contra **BANCO ITAÚ CONSIGNADO BMG S/A**, aduzindo na inicial que: a) não celebrou contrato de empréstimo algum com o requerido; b) sofreu danos morais; c) requer a procedência do pedido.

Citado, o banco ofereceu contestação (fls. 22/26).

Houve réplica (fls. 81/84).

Realizada a prova pericial grafotécnica (fls. 204/212), manifestaram-se as partes.

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido não merece procedência.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

O laudo pericial grafotécnico concluiu que as assinaturas lançadas no contrato encartado as fls. 27/30 realmente partiram do punho escritor do requerido (fls. 212).

Comprovada a autenticidade da assinatura, forçoso se afigura o desate no sentido da improcedência, reconhecendo-se a validade das obrigações avençadas.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial. Indevidas as custas e despesas processuais, arcará o vencido com os honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a garantia prevista no artigo 98, § 3º do Código de Processo Civil.

P.I.

Araraquara, 16 de agosto de 2018.

**João Battaus Neto**

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)